

Energia Alerta

A energia do Brasil está em nossas mãos

O Jornal do Sindicato

www.urbanitariosdf.org.br

Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal - Setembro de 2015 - Ano 4 - Nº 32

Filiado à CUT e FNU



RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES

TCU recua e desiste de impor licitação para empresas de distribuição de energia. Com isso as 39 distribuidoras que estavam com o processo em fase final na Aneel terão suas concessões renovadas por mais 30 anos.

Por outro lado, terão um grande desafio, melhorar o serviço para a população e ampliar investimentos no setor sem aumentar as tarifas.

P. 05

CAMPANHA SALARIAL



Trabalhadores e trabalhadoras do sistema Eletrobras aprovam proposta mediada pelo TST após nova judicialização do processo pela direção da Eletrobras. Agora, os desafios são outros.

P. 04

ENTREVISTA

De acordo com o conselheiro de Administração eleito pelos trabalhadores e trabalhadoras da Eletronorte, a privatização das distribuidoras de energia é o pior caminho para garantir mais investimentos no setor

P. 03



NEGOCIAÇÕES

P.4

Desde 2004, categorias não tinham negociações tão ruins.

VISÃO STIU-DF

P.6

Privatização será ruim para categoria, Eletrobras e sociedade.

HOMENAGEM

P.7

Um dos idealizadores do jornal se foi, mas deixa grande legado.

CULTURA

P.8

Telesur, que completa 10 anos, é alternativa para América Latina.

PALAVRA DA DIRETORA

Lutas e desafios: a mulher no trabalho

Aline Rodrigues

O debate acerca da mulher no mercado de trabalho ganha destaque, vez que o IBGE constatou, recentemente, o crescente aumento da parcela de mulheres na População Economicamente Ativa (PEA) nas últimas décadas. Frente a essa questão é que se discute a adoção de medidas para proporcionar a igualdade de direitos entre homens e mulheres no cenário laboral.

A tendência atual é a de con-

ferir um tratamento igualitário, no que concerne às obrigações e aos deveres, para homens e mulheres no mercado de trabalho. No entanto, essa mesma igualdade não se verifica no que diz respeito aos direitos, pois não raras vezes se constata discriminação remuneratória entre homens e mulheres que exercem a mesma função, com igual valor.

Tais práticas discriminatórias precisam ser combatidas constantemente pelo Estado, pelos sindicatos e pelos próprios participantes da relação de trabalho. É de grande urgência, também, que se reconheça as diferenças existentes entre homens e mulheres, tratando os desiguais desigualmente, mediante a criação de políticas voltadas para a mulher trabalhadora, mantendo-se a igualdade de direitos.

O STIU-DF renovou seus cargos diretivos, incluindo e privilegiando as mulheres na participação e mobilização sindical para o fortalecimento das urbanitárias.

É nesse contexto que se torna cada vez mais importante a participação da mulher no meio político, nos sindicatos, em entidades e movimentos da

sociedade civil. Somente com a integração da mulher nesses ambientes é que serão implantadas, verdadeiramente, as políticas de proteção da mulher no mercado de trabalho, as quais devem visar suas necessidades intrínsecas e peculiares.

É essencial, portanto, que a mulher figure como protagonista nos sindicatos representativos de suas categorias, para que possa fazer valer os direitos intimamente a ela relacionados, como o direito a amamentação, a creche no local de trabalho, e tantos outros que lhe são peculiares.

Por isso, o STIU-DF vem adotando medidas inclusivas que estão privilegiando a participação feminina na vida sindical, cujo resultado primordial será, sem sombra de dúvidas, o fortalecimento das mulheres urbanitárias.

As conquistas são muitas, mas ainda há muito a se avançar com a criação de políticas e ações que voltadas para o trabalho das mulheres.

Boa leitura!

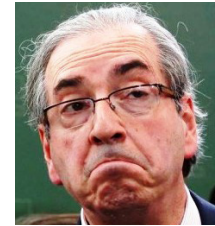
MANDOU BEM



A mulher que nasceu numa estrada e não sabe se foi no Brasil, Bolívia ou Argentina

fugiu aos 15 anos e se tornou a primeira cigana a ter doutorado na América Latina. A tese de Paula Soria foi aprovada na UnB.

MANDOU MAL



Eduardo Cunha (PM-DB-RJ) foi indiciado pela acusação de recebimento de 5 milhões de dólares

em propina no Petrolão. Mesmo assim, o parlamentar se recusa a deixar a Presidência da Câmara dos Deputados.

Setor elétrico na mídia

Termelétricas

O governo, por meio do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), pode determinar o desligamento de mais termelétricas em outubro e novembro, afirmou o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga. Segundo ele, a expectativa da parada de produção de novas térmicas, que deve ter efeito de redução nas tarifas, deve-se à previsão de um grande volume de energia hidrelétrica no fim do ano e a melhora das condições do sistema brasileiro (Valor, 14/08/2015).

Medida Provisória

A MP 688, que transfere o risco hidrológico das geradoras para as distribuidoras, não terá impacto para o consumidor, disse em nota o ministro de Minas e Energias, Eduardo Braga. "O consumidor não pagará a conta das hidrelétricas por falta de chuva", afirma a nota enviada à imprensa. Segundo o texto, "a conta acumulada em 2015 [devido à falta de chuvas] será assumida pelas próprias geradoras". (Valor, 18/08/2015).

Investimentos

O Programa de Investimentos em Energia Elétrica anunciado pelo governo federal prevê a contratação de investimentos de R\$ 186 bi em geração e transmissão até 2018, com a maior parte, R\$ 105 bi, sendo após o prazo. Em geração serão investidos R\$ 116 bi e transmissão R\$ 70 bi. Até 2018 deverão ser contratados entre 25 mil MW e 31,5 mil MW em novos projetos de geração, com destaque para as hidrelétricas, que deverão responder por 11 mil MW novos (Reuters, 11/08/2015).

Inadimplência

A liquidação financeira do mercado de energia de curto prazo referente a junho de 2015 registrou uma inadimplência recorde de R\$ 1,4 bi, o equivalente a 47,2% dos R\$ 3 bi envolvidos na operação, informou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Segundo a instituição, o valor não pago, R\$ 891,9 mi, está coberto por liminares, a maior parte associada a empresas que obtiveram proteção judicial contra perdas decorrentes do déficit de geração registrado pelas hidrelétricas devido à seca (Estadão, 06/08/2015).

CURTAS

Além de suspender o reajuste dos servidores públicos em Brasília, o GDF também autorizou o aumento de 10% no IPTU e até 50% nas passagens de ônibus e do metrô.

O ministro do STF, Gilmar Mendes, foi um dos poucos ministros favoráveis à doação de empresas a campanhas eleitorais. Vale lembrar que em todos os casos de corrupção no País, empresas estão pelo meio.

A CLDF fará audiência pública no dia 25 para discutir a precarização do trabalho. O objetivo é derrubar o PL que tramita no Senado e legaliza a terceirização indiscriminada. A proposta já foi aprovada pelos deputados.



O programa é exibido todo dia na TV Comunitária de Brasília, no canal 12 da NET. Você também pode ver em nosso canal no YouTube.



EXPEDIENTE

STIU - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Distrito Federal

Sede: SCS - Quadra 6 - Bloco A - Edifício Arnaldo Vilares - 7º andar - CEP: 70324-900

Jornalista Responsável: Henrique Teixeira

Equipe: Roberta Quintino, Filliph Ferraz e Hanri Benicio.

Fotos: Assessoria de Comunicação do STIU-DF

Arte de Capa: Eduardo Pinto

Editoração Eletrônica: Hanri Benicio.

Tiragem: 3.500 exemplares

Contato: comunicacao@stiu.org.br



Diretoria Colegiada: Alairton Gomes de Farias, Aline Rodrigues de Oliveira, André Luis dos Santos, Arthur Emílio Oliveira Caetano, Carlos Roberto Carvalho Campos, Carlos Yassuo Sudo, Cleiton Moreira de Faria, David Gomes de Oliveira Santos, Edgar Mendes Oliveira, Edy Carlos Dalóco, Elve Lucas Barbosa Cubas, Elvídio Cândido de Sousa Filho, Ernane Lima Alencar, Fabiola Latino Antezana, Flávio Henrique Gadbem Figueirôa, Francisco de Assis Moura dos Santos, Germiniano Lustosa Neto, Givaldo Romão da Silva, Hadiel Costa Miranda, Íkaro Chaves Barreto de Sousa, Josafá Oliveira Guimarães, José Daldegan Júnior, José Edmilson da Silva, Maria Luísa Nunes da Cunha, Maria Teresa Cortes Bona, Marizete das Dores Sousa, Roberto Lucena, Sidney Lucena Araújo, Victor Frota da Silva, Wandyr de Oliveira Ferreira.

Conselho Fiscal: Antônio Maria Claret Pires, Cleriston Machado Meira, Fernando Luiz Pereira Kamiguchi, Jaime Soares da Luz, Pascoal Pereira Andrade e Rivaldo Gomes de Alcantara.

SEJA AMIGO(A) DO SINDICATO NAS REDES SOCIAIS



<http://twitter.com/urbanitariosdf>



<http://www.facebook.com/sindicato.urbanitarios>

ENTREVISTA

SETOR ELÉTRICO: Privatizar as distribuidoras é o pior caminho para tentar salvar os investimentos no sistema.

Desmontar a Eletrobras é uma grave ameaça à segurança energética do País

Na avaliação do conselheiro de Administração da Eletronorte, Íkaro Chaves, se os investimentos no setor elétrico ficarem por conta da iniciativa privada "em pouco tempo faltará energia no Brasil". Segundo ele, o certo seria criar um novo marco regulatório para o setor e colocar a energia elétrica como um bem público e não como uma mercadoria.

A figura do conselheiro eleito pelos trabalhadores e trabalhadoras nas empresas estatais federais é bem recente. Foi instituída em 2010 pela Lei federal 12.353. As eleições para esse cargo começaram dois anos depois, em 2012. Antes desse período, sequer havia a participação detrahador nos conselhos de Administração. Ou seja, a transparência nas ações da direção das empresas era muito menor.

Após essa melhoria na transparência dos atos na gestão das empresas, os conselheiros eleitos pelos trabalhadores e trabalhadoras estão há algum tempo buscando outras formas de aperfeiçoamento nas diretrizes das empresas nos conselhos de Administração.

Reunidos no Rio de Janeiro no final de agosto, os trabalhadores criaram o Fórum de Administração dos Conselheiros Eleitos para fazer articulações junto ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest) e também no Congresso Nacional. Neste caso, em busca de apoio ao PL 5.061, que retira a proibição dos conselheiros de participar de reuniões sobre temas trabalhistas e previdenciários, e contra a privatização das empresas do sistema Eletrobras.

Nesta entrevista, o engenheiro Elétrico e mestrando em Engenharia Mecatrônica na Unb, Íkaro Chaves, que é conselheiro de Administração na Eletronorte, destaca qual será o papel do Fórum, os grandes desafios do setor elétrico nos próximos anos e como serão os investimentos no sistema.

Quando se diz que privatizar é bom é preciso perguntar para quem? A privatização é um grande negócio pros grupos econômicos que adquirem esses ativos, pois não precisam fazer novo empreendimento e ainda ganham um mercado cativo.

1 No mês passado, vários conselheiros eleitos pelos trabalhadores e trabalhadoras de empresas públicas se reuniram no Rio de Janeiro para discutir questões relativas às estatais. Qual a importância desse encontro?

Íkaro – O encontro serviu para criarmos um Fórum para troca de experiências e unir esforços na defesa das estatais, assim como o papel de indutoras do desenvolvimento nacional e da melhoria das condições de vida do povo.

2 Esse Fórum será permanente? E qual será a sua finalidade?

Íkaro – A princípio o fórum será permanente. Mas não terá estrutura rígida. Será um mecanismo de troca de informações, experiências e de ação política. Elegemos o coordenador Raildo Viana, da Transpetro, e o próximo encontro será nos dias 21 e 22 de setembro, aqui em Brasília, na sede do STIU-DF. Depois iremos ao DEST e ao Congresso Nacional com a pauta de fortalecimento dos mandatos dos trabalhadores nos Conselhos de Administração das empresas. Vamos em busca de apoio ao PL 5.061 da senadora Fátima Bezerra, que retira a proibição dos conselheiros de participar de reuniões sobre temas trabalhistas e previdenciários.

3 A Celg está prevista para ser privatizada, a CEB sofreu grande pressão do GDF para ter 49% das ações vendidas e outras seis empresas de distribuição de energia federalizadas também podem ser privatizadas. O Fórum fará frente a essa questão?

Íkaro – Nesse caso, nossa atuação será política. Trata-se de um grupo com as mais diversas concepções políticas. Mas vários conselheiros já se colocaram contra a privatização da Celg. Sabemos que esse, infelizmente, será apenas o primeiro passo e logo deve vir a privatização das demais distribuidoras e depois as geradoras estarão ameaçadas.

4 O que se vê nos casos de privatização de outras empresas públicas é a demissão de trabalhadores, redução de benefícios, piora na qualidade dos serviços, aumento da tarifa e mais casos de mortes. Por que mesmo diante de um cenário tão negativo ainda existe o interesse de continuar essa política de privatização?

Íkaro – Porque isso atende a muitos interesses. Quando se diz que a privatização é boa é preciso sempre perguntar para quem? Privatizar é um grande negócio para os grupos econômicos que adquirem esses ativos, pois não precisam fazer novo empreendimento e ganham um mercado cativo. Além disso é bom para os governos sem compromisso com a população, pois podem usar os recursos para saldar dívidas e fazer obras eleitoreiras. Isso sem falar na corrupção geralmente associada às privatizações, muito bem documentada no livro *Privataria Tucana*. Já os trabalhadores são afetados de imediato e a população só vai sofrer os efeitos negativos algum tempo depois. Mais aí os governantes responsáveis pela dilapidação do patrimônio público já resolveram o problema deles.



Conselheiro de Administração da Eletronorte, Íkaro Chaves

5 Os conselheiros de Administração eleitos pelas empresas federalizadas de distribuição de energia também farão um encontro nacional. Seria o caso de todos atuarem juntos contra a privatização das empresas?

Íkaro – Sim, claro. Numa luta como essa quanto mais força melhor.

6 Não é estranho o governo anunciar investimentos de mais de R\$ 180 bi em geração e transmissão de energia nos próximos anos e por outro lado acenar com a privatização das empresas de distribuição?

Íkaro – É bom que se diga que muito desse investimento se espera da iniciativa privada. Só que, olhando o retrospecto, a iniciativa privada nunca investiu nos grandes projetos de infraestrutura energética. Ela só entra se o retorno for alto, ou seja, aumentando a tarifa. Por isso nossa preocupação. O desmonte do grupo Eletrobras é muito grave para a segurança energética do País. Se deixarmos por conta da iniciativa privada em pouco tempo faltará energia no Brasil. Para tentar salvar a capacidade de investimento do grupo Eletrobras parece que o governo resolveu simplesmente privatizar as distribuidoras, mas esse é o pior caminho. O certo seria criar

um novo marco regulatório para o setor, colocando a energia elétrica como um bem público e não como uma mercadoria.

7 O Programa de Investimento em Energia Elétrica anunciado pelo governo prevê leilão para mais de 37 mil km de linhas de transmissão. Mas as empresas do grupo Eletrobras não vêm participando dos leilões. Você acredita que essa política está correta?

Íkaro – Não. Infelizmente é uma consequência da política do governo federal de tentar baixar o preço da energia às custas das empresas do grupo Eletrobras. Já havíamos alertado de que a redução das tarifas, com a MP 579, convertida na Lei 12.783/12, iria trazer sérios prejuízos financeiros às estatais e que os investimentos seriam afetados. Mas infelizmente fomos ignorados.

8 Em sua opinião, qual é o grande desafio do setor elétrico neste momento?

Íkaro – Manter o volume de investimentos que o País necessita. Aparentemente, o governo federal acredita que isso possa ser feito pela iniciativa privada num modelo mercantilista. Já os movimentos populares são céticos em relação a isso, pois isso nunca aconteceu e não há indicativos de que venha acontecer.

CAMPANHA SALARIAL

SETOR ELÉTRICO: Atual modelo vem estrangulando as empresas estatais.

Negociação de ACT chega ao fim, mas desafios permanecem

Embora a proposta consolidada no TST seja avaliada de forma positiva, dirigente sindical critica a postura da empresa em judicializar processo de negociação. Para ela, é preciso repensar o atual modelo do setor elétrico a fim de garantir novos avanços para a categoria eletricitária.



Audiência no TST que selou o acordo para o fim da paralisação da categoria.

A campanha salarial dos trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Eletrobras chegou ao fim. Nos primeiros dias de setembro a categoria eletricitária aprovou proposta construída em audiência de mediação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) com a participação do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE).

A direção da Holding apostou mais uma vez na intervenção da Justiça para por fim à negociação do Acordo Coletivo de Trabalho da categoria. Foi assim na negociação do ACT de 2013 e em junho deste ano para definição do pagamento da Participação nos

Lucros e Resultados de algumas empresas. No entanto, a proposta consolidada com a intermediação do Ministro Ives Gandra não atendeu apenas aos interesses da empresa, mas também considerou alguns pontos de interesse da categoria.

Embora a proposta seja avaliada de forma positiva, a diretora do STIU-DF e secretária de energia da Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU), Fabiola Antezana, ressalta ser essencial para a gestão da Holding repensar tal prática, uma vez que mostra total incapacidade dessa direção estar à frente de empresas estratégicas, com enorme potencial produtivo,

que contribuem diretamente para o aumento do nível de emprego e renda no País.

Ela destaca que para a próxima Data-Base faltam apenas sete meses, considerando o cenário econômico atual e a situação financeira de algumas empresas do grupo Eletrobras, principalmente as distribuidoras, para o próximo período as dificuldades serão ainda maiores. “Caso não seja estabelecida uma reestruturação para o setor elétrico, o discurso do desequilíbrio nos caixas da empresa será usado para, outra vez, não estabelecer um acordo que atenda de fato os anseios dos trabalhadores e trabalhadoras”.

Fabiola aponta outro problema para as próximas negociações, a possível privatização das empresas distribuidoras do sistema. “É urgente o debate sobre a questão energética e o impacto do atual modelo para a sociedade. Se necessário for temos que abrir mão da pauta econômica para avançar em pontos estruturais da empresa. Essas questões estão sufocando a nossa pauta econômica e corporativa”.

O atual modelo do setor elétrico vem estrangulando as empre-

sas estatais e, conseqüentemente, o peso maior é sentido pela classe trabalhadora. Assim é, necessário, desde já, ampliar a discussão sobre um novo padrão para as empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia e criar condições para torná-las competitivas, com capacidade financeira para investir em novos projetos e cumprir com o seu papel social.

Por fim, há um enorme desafio, fortalecer as empresas do setor elétrico e garantir o emprego e renda da categoria.

CONQUISTAS DA CATEGORIA

- Reajuste de 8,17% sobre salários e benefícios retroativo a maio;
- Aumento do tíquete, de 25 para 29 unidades, totalizando R\$ 1 mil ao mês;
- Dois talões suplementares de tíquete alimentação; e
- Vigência do acordo para 12 meses.

ECONOMIA: Recessão tem tornado negociações ainda mais difíceis.

Categorias em todo o País têm as piores negociações desde 2004

Com alvo certo, a crise ameaça ganhos reais para os trabalhadores e trabalhadoras do GDF. Para técnico do Dieese, o desempenho das negociações no primeiro semestre foi o pior da série histórica pesquisada desde 2004.

Com queda na produção, o Brasil cresceu pouco nos últimos anos e 2015 não será diferente. O resultado da recessão econômica, associada à inflação mais alta que a média dos últimos anos, tem tornado as negociações coletivas mais difíceis do que já são.

De acordo com dados do Dieese, os resultados das 302 negociações que ocorreram nos setores público e privado no primeiro semestre comprovam a estagnação nos ACTs.

De todas as negociações, apenas 51 receberam as perdas inflacionárias. Outras 44 sequer

tiveram a reposição da inflação.

Das 207 negociações que tiveram ganhos reais, 133 conquistaram até 1% acima da inflação. Para outras 71, os ganhos variaram de 1,01% a 4%. Apenas três categorias receberam acima de 5%.

Para o técnico do Dieese, Samuel Nogueira, o desempenho das negociações no primeiro semestre foi o pior da série histórica pesquisada desde 2004. “Em decorrência deste quadro adverso é essencial que trabalhadores e sindicatos busquem permanentemente o aumento real nos salários”, destaca.

Ele ressalta que nos últimos anos várias categorias tiveram ganhos reais, mesmo que modestos. “Assim, caso as empresas insistam em transferir os efeitos da crise para os salários é fundamental haver forte reação sindical, com a organização de greves

e outras formas de mobilização”, salienta Nogueira.

A crise tem alvo certo

“Enquanto a economia brasileira patina, o lucro líquido dos bancos no primeiro trimestre de 2015 alcançou R\$ 14,7 bilhões, alta de 24,2% em doze meses. Enquanto isto, no mesmo período, o setor financeiro demitiu 6 mil trabalhadores. Isso revela o quanto o sistema financeiro está descolado do ciclo produtivo do País e quanto a política monetária está voltada para garantir o lucro do setor empresarial”, pontua o técnico.

Mas não tem sido apenas o setor financeiro que, mesmo com a crise, tem apresentado ótimos resultados. Segundo a consultoria Economática, além dos bancos, entre os setores mais lucrativos, estão o de mineração

(R\$ 5,09 bi), alimentos e bebidas (R\$ 3,25 bi), energia elétrica (R\$ 3,12 bi), telecomunicações (R\$ 2,33 bi), seguradoras (R\$ 1,62 bi), papel e celulose (R\$ 1,35 bi) e indústria química (R\$ 1,35 bi). Mas são os trabalhadores e trabalhadoras os grandes atingidos pela manutenção de privilégios para uma minoria centralizadora da riqueza produzida.

No DF, parte das empresas controladas pelo governo está em negociação. Além da negativa de ganho real, o GDF está tentando impor um acordo bianual para as categorias. Os profissionais do Metrô firmaram acordo de dois anos, agora a tentativa é empurrar para os caesbianos a mesma cláusula.

Para o diretor do STIU-DF, Alairton Faria, a medida apresentada é totalmente negativa, uma vez que não é possível projetar um diagnóstico para o próximo

ano, principalmente para a CEB que está em processo de renovação da sua concessão.

Alairton alerta a categoria sobre a possível tentativa de retirada de direitos e fechamento de um acordo mais enxuto. “Temos que nos preparar para a Campanha Salarial, mobilizar a categoria e ter a clareza de que a luta por um acordo justo, sem retrocessos, é de todos”, conclui.

A Data-Base dos trabalhadores da CEB começa em outubro, onde serão negociadas cláusulas econômicas e sociais. A pauta, que será entregue no próximo dia 15, traz 65 cláusulas, sendo 11 novas reivindicações, entre elas a gratificação por titularidade, piso salarial para eletricitistas e eletrotécnicos, incorporação salarial dos ajustes dos acordos coletivos de trabalho. Além da unificação da cláusula do quinquênio.

DISTRIBUIDORAS

CONCESSÕES: TCU autoriza empresas de distribuição de energia a renovarem por mais 30 anos.

Empresas foram autorizadas a renovar mediante melhorias no sistema

As condições impostas para a renovação das concessões das distribuidoras de energia são eficiência no serviço, gestão econômico-financeira, racionalidade da operação e modicidade tarifária. Segundo o decreto 8.461/15, os investimentos para as melhorias no sistema não serão repassados aos consumidores. Mas de onde virão os recursos? De acordo com o ministro de Minas e Energia, o dinheiro virá de um programa de investimento quinquenal que terá submetas anuais.

As 39 empresas de distribuição de energia em todo o País que estavam com as suas concessões vencidas desde o dia 7 de julho tiveram autorização para renovar seus contratos por mais 30 anos. Foi o que decidiu a maioria dos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU). O ministro José Múcio, autor da medida cautelar que suspendeu por 85 dias o processo que tramitava em fase final na Aneel, reconsiderou a posição e deu parecer favorável à renovação no dia 9 passado.

“Fazer licitação de todas as concessões, na atual conjuntura econômica, traz riscos significativamente maiores à continuidade dos serviços e à própria segurança energética do que a opção pela prorrogação”, apontou Múcio em seu voto.

As justificativas apresentadas ao ministro para que as concessões fossem renovadas foram a crise econômica, a possível fuga de capitais, a falta de recursos da União e os passivos trabalhistas que muitas distribuidoras têm com os seus trabalhadores e tra-



Ministros do TCU autorizam o Ministério de Minas e Energia a renovar concessões de distribuidoras de energia.

balhadoras.

O ministro Benjamin Zymler, que acompanhou o voto do relator, disse que declarar a caducidade (vencimento) das concessões e fazer licitação iria tornar o setor elétrico caótico. “A ruptura desses contratos iria tornar o modelo caótico, porque as empresas não iriam conseguir honrar os empréstimos feitos e muito menos conseguir outros”, frisou.

O processo de renovação estava suspenso desde o dia 17 de junho. Agora precisa apenas que a Aneel adeque os contratos às proposições feitas pelo TCU. “Agora o nosso foco está nessas adequações que a Aneel terá que fazer. Vamos acompanhar este processo de perto”, destaca o diretor do STIU-DF, José Edmilson.

Na avaliação dos diretores do STIU-DF que participaram da sessão, a renovação da concessão das empresas por mais 30 anos é uma forma de garantir os empregos dos trabalhadores e trabalhadoras da CEB. “Se houvesse licitação, a empresa não teria como garantir os nossos empregos. Isso porque a CEB poderia não ser a vencedora

desse processo licitatório, o que seria um prejuízo enorme para a categoria”, destacaram.

Se houvesse licitação, a empresa não teria como garantir os nossos empregos. Isso porque a CEB poderia não ser a vencedora desse processo licitatório, o que seria um prejuízo enorme para a categoria.

Os dirigentes sindicais também sabem que a renovação dos contratos agrega valor e valoriza muito as concessões. “Sabemos que ao renovar por mais 30 anos, as empresas de distribuição passam a ser mais valorizadas e investidores ficam mais interessados na venda desses ativos. Precisamos estar atentos e mobilizados contra a privatização de todo esse patrimônio como querem fazer com a Celg, em Goiás”, alertam os diretores do STIU-DF. (Saiba mais na pág. 06)

Em vez de licitar e pagar pela concessão, as distribuidoras terão compromissos que estão condicionados a novos investimentos e mais benefícios para os consumidores. Isso sem repasses na tarifa.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, o governo vai propor uma forma

de financiamento para modernizar o sistema. “Um programa de investimento quinquenal como estamos propondo, com submetas anuais, vai ser muito importante para que nós possamos modernizar essa rede. E a recuperação desses indicadores, seja de qualidade no atendimento ou de capacidade financeira, precisam ser analisados”, disse.

Segundo o decreto 8.461/15, as renovações das concessões das empresas de distribuição de energia estão condicionadas ao cumprimento de critérios de eficiência no serviço, gestão econômico-financeira, racionalidade da operação e modicidade tarifária.

Se as concessionárias não cumprirem as condições previstas no decreto num prazo superior a dois anos, correm o risco de perder a concessão.

Das 41 concessionárias, 39 precisavam da renovação com urgência, pois os contratos expiraram no dia 7 de julho passado. A suspensão do processo pelo TCU no dia 17 de junho criou mais preocupação no setor que já tem muitas inseguranças.

Isso porque os contratos de

Fazer licitação de todas as concessões, na atual conjuntura econômica, traz riscos significativamente maiores à continuidade dos serviços e à própria segurança energética do que a opção pela prorrogação.

concessão servem como garantia para aquisição de novos financiamentos. São esses recursos que assegurarão o fluxo de receitas para as companhias no período de 30 anos. Sem essa garantia, as instituições financeiras querem juros mais altos e prazos menores para conceder empréstimos.

De acordo com um jornal de circulação nacional, a explicação para o recuo do TCU foi porque os técnicos do tribunal se convenceram de que não havia cenário econômico favorável para licitar concessões cujos valores são bilionários. Além disso, empresas privadas que poderiam se interessar nesses leilões estão passando por dificuldades devido à crise econômica. A situação financeira das distribuidoras também foi outro ponto favorável à renovação.

Mesmo com a suspensão do processo, a Aneel continuou fazendo as audiências públicas para a coleta de contribuições para a modelagem das renovações. O prazo final para o envio das sugestões terminou em julho.



Ministro do TCU, José Múcio, (centro) ao lado de diretores do STIU-DF.

MP 579

Em 2012, as concessões das usinas hidrelétricas que iriam vencer naquele ano ou que anteciparam a renovação tiveram que reduzir as tarifas para renovar por mais 30 anos os contratos. No entanto, a medida prejudicou, e muito, a saúde financeira de todas as empresas estatais. No caso das distribuidoras de energia, a renovação das concessões foi condicionada ao cumprimento de critérios de eficiência no serviço, gestão econômico-financeira, racionalidade da operação e modicidade tarifária.

VISÃO DO STIU-DF

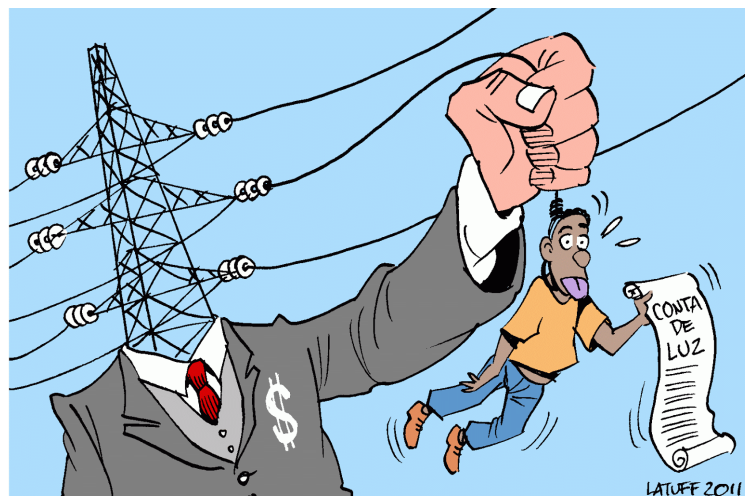
PRIVATIZAÇÃO: Após distribuidora goiana, Eletrobras pode privatizar outras seis empresas.

Venda da Celg é prejuízo para a Eletrobras, categoria e sociedade

A política é como um jogo de xadrez e precisa ter paciência para no momento certo partir para o xeque mate. Foi que o fez o governador goiano Marconi Perillo (PSDB) no esquema de privatização da Celg. Ficou de rei na jogada e colocou "peões" para fazer o serviço sujo. A Eletrobras, que recebeu 51% da empresa como pagamento de dívidas na ordem de R\$ 6,4 bilhões, ainda teve que investir R\$ 1 bi na distribuidora. Na melhor das hipóteses, conseguirá pouco mais da metade desse valor com a privatização, uma vez que 49% da distribuidora é do governo estadual. Já Perillo, que era devedor, encherá o cofre do governo pavimentando a sua reeleição.

A Celg será uma cobaia dentro do modelo mercantilista privatizador. Isso mesmo. A empresa de distribuição de energia no estado de Goiás foi incluída no Plano Nacional de Desestatização em maio deste ano com o intuito de servir de parâmetro para outras seis empresas distribuidoras que também poderão ser privatizadas, caso a venda dos ativos da Celg se mostre rentável. O que não será.

Especula-se, conforme divulgado por um jornal de circula-



ção nacional, que a venda da distribuidora está prevista para novembro ao preço de R\$ 8 bilhões. Sindicalistas avaliam que a negociata deva ser na ordem de R\$ 6 bi. Em qualquer caso, a venda da empresa não será um bom negócio para a Eletrobras. Em ambos os casos, o governo não vai ver a cor do dinheiro que tinha a receber, muito menos o que investiu na Celg. Privatização é assim.

E ao que parece, o DNA da privatária parece ter sofrido mutações. Acostumados a privatizar o patrimônio público, desta vez os tucanos não quiseram botar a mão na massa. E o pulo do gato foi perfeito. O habilidoso governador Marconi Perillo (PSDB-GO) ainda soube colocar todo o ônus dessa iniciativa no colo de terceiros.

Em 2012, o governo goiano tinha 99% das ações da Celg-D. No entanto, como possuía uma dívida de R\$ 6,4 bilhões com o governo federal (R\$ 2,4 bilhões com a Eletrobras), o governo Perillo fechou um acordo que passaria 51% das ações para a Eletrobras.

No acordo ainda estava previsto que a Eletrobras realizasse investimentos entre R\$ 800 milhões e R\$ 1 bilhão para a construção de 37 novas subestações. O contrato de compra e venda foi definitivamente assinado em agosto de 2014. Desde então, a Celg ficou minoritária, com 49% do patrimônio da empresa.

Perillo, que antes tinha uma dívida bilionária, saiu lucrando financeiramente e politicamente com a privatização da Celg. Com dinheiro em caixa, ele terá

recursos para realizar grandes investimentos no estado com a venda da empresa, pavimentando a sua reeleição em 2018. Foi ou não uma jogada de mestre?

Mais privatizações

Nada é tão ruim que não possa piorar. Dependendo do que acontecer em Goiás, a Eletrobras ainda pode vender a sua participação majoritária em outras seis empresas de distribuição de energia. Estão na mira as distribuidoras de Alagoas, Piauí, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima.

Segundo um funcionário do governo que participa diretamente das negociatas e foi fonte do jornal, o processo de privatização das outras empresas deve começar com a finalização do processo de renovação das concessões. Segundo a publicação, a Ceal (Alagoas) e Cepisa (Piauí) serão as próximas e o leilão deve ocorrer no ano que vem.

As últimas privatizações serão da Eletroacre (Acre), Ceron (Rondônia), Amazonas Energia a CEA (Amapá) e a CERR (Roraima).

Caso a venda desses patrimônios públicos se confirme, isso representará grande prejuízo a milhares de eletricitários e eletricitárias dessas empresas. Isso porque estarão sujeitos a salários mais baixos e perdas de benefi-

Caso a venda desses patrimônios públicos se confirme, isso representará grande prejuízo a milhares de eletricitários. Quanto à sociedade, ficará refém dos péssimos serviços prestados e ainda terá que conviver com tarifas ainda mais caras.

cios históricos. Além disso, irão conviver de forma exponencial com assédio moral e mortes de trabalhadores com baixa qualificação técnica e profissional.

De outro lado, a sociedade ficará refém dos péssimos serviços prestados. Ainda terá que conviver com altas tarifas. Mas os contrários ao modelo estatal podem alegar "a conta de luz já está muito cara". De fato está. Isso, claro, por causa do modelo mercantilista adotado no setor elétrico. Mas se o atual cenário é ruim, com a privatização será ainda pior. E não seria nada prudente pagar pra ver isso acontecer. Afinal, não faltam exemplos de casos mal sucedidos de privatizações.

OPINIÃO

A manutenção do emprego é a melhor opção



Por Ulisses Borges*

A Medida Provisória 680/15, assinada em 06 de junho deste ano, instituiu o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). O objetivo é possibilitar a preservação dos empregos neste momento de retração da atividade econômica, assim como favorecer o equilíbrio econômico-financeiro das empresas,

evitando demissões em massa e estimular a produtividade de forma a facilitar a recuperação da economia do País como um todo.

O PPE permite que, mediante a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) entre uma empresa e o sindicato que representa os seus empregados, possa haver a redução de até 30% do salário, com redução proporcional da jornada de trabalho por até seis meses (prorrogáveis por mais seis).

A empresa que participar do PPE tem direito a uma compensação pecuniária da contribuição destinada à Seguridade Social e os trabalhadores atingidos pelo ACT firmado por seu sindicato terão garantia de emprego pelo período em que durar a redução da jornada e do salário acrescido do período correspondente a 1/3 da sua duração.

A Medida Provisória não traz nenhuma novidade, apenas regulamenta parcialmente o inciso VI do artigo 7º da Constituição

Federal, que estabelece como garantia constitucional, dentre os direitos dos trabalhadores, a irredutibilidade de salário, salvo acordo ou convenção.

A exigência constitucional de que eventual redução de salário seja condicionada à celebração de acordo ou convenção coletiva de trabalho constituiu significativa proteção aos trabalhadores. É de se presumir que o sindicato somente assinará um instrumento coletivo desta natureza em situações realmente justificáveis.

Vale lembrar que o acordo ou a convenção coletiva de trabalho somente tem validade jurídica mediante a aprovação da respectiva assembléia dos trabalhadores, que saberão discernir entre o desemprego em massa ou a redução temporária de salário com redução proporcional de jornada, em até 30%, de acordo com a MP. Todavia, não restam dúvidas de que a manutenção do emprego é a melhor opção neste momento.

*Ulisses Borges é advogado do STIU-DF

HOMENAGEM

VITO GIANNOTTI: Viveu na intensidade de um furacão e partiu repentinamente, como um sopro.

O revolucionário da comunicação popular

Um dos idealizadores do jornal Energia Alerta, Vito Giannotti, nos deixou. Mas a sua obstinada luta contra as desigualdades sociais e pela democratização da mídia no Brasil continua viva nos corações de milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

Oscar Niemeyer dizia “a vida é um sopro”. Mas no caso do escritor, jornalista, professor, militante da comunicação popular e metalúrgico, Vito Giannotti, a vida era como um furacão.

Sua força arrasadora contagiava os milhares de alunos que o ouviam em palestras, cursos e seminários que ele deu Brasil afora. E os trabalhadores e trabalhadoras do setor elétrico em Brasília tiveram o privilégio de ouvir e aprender um pouco com os seus ensinamentos.

Como todo homem sábio, Vito tinha a humildade evidente no seu caráter. No lançamento do seu livro, *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*, após fazer várias perguntas sobre a obra, a jornalista Lígia Coelho in-



Vito Giannotti ao lado da mulher, a jornalista Cláudia Santiago.

dagou “gostaria que você falasse um pouco sobre o autor. Quem é Vito Giannotti?”. Humildemente respondeu, “não é ninguém especial. Vito Giannotti é apenas um apaixonado pelas lutas dos trabalhadores no mundo e no Brasil”. Pura modéstia. Vito era um gênio na arte de entusiasmar e envolver pessoas em torno dos projetos que se envolvia.

Comunicador por natureza, Vito sabia da importância de uma linguagem objetiva, clara, respeitosa e elegante para a transformação social.

Segundo o jornalista Renato

Rovai, Vito “sempre soube que a disputa na área de comunicação é central para conseguir avançar em outras áreas”. Isso explica tantos anos de dedicação a essa causa.

Autor de mais de 20 livros, era comum ver Vito chamar atenção de trabalhadores, sindicalistas e militantes para que criassem uma comunicação própria e dessa forma pudessem disputar a hegemonia com a mídia empresarial.

Nascido na Itália, Vito era brasileiro de coração. Chegou ao Brasil jovem, com 21 anos, em

1964. Lutou contra a ditadura militar e viveu intensamente a redemocratização do País. Deixou a Faculdade de Filosofia para se tornar metalúrgico. Pisou em chão de fábricas no Espírito Santo e em São Paulo.

Na concepção de Vito, os intelectuais que adotam as idéias socialistas como modo de vida precisam experimentar a verdadeira vida de um operário. “Então saí da Itália, percorri vários países trabalhando como pescador num navio industrial. Vim para o Brasil para passar poucos meses, mas me apaixonei no primeiro dia e resolvi ficar, apesar de o Brasil estar em plena ditadura militar. Depois de trabalhar no Espírito Santo fui para São Paulo e trabalhei como metalúrgico durante 25 anos”.

Foi nesse período que Vito acabou se apaixonando pela comunicação sindical e popular. Nunca mais largou.

De acordo com Rovai, Vito foi a pessoa que mais falou e ensinou comunicação para militantes e profissionais de movimentos populares no Brasil. “Alguém

Vito Giannotti não é ninguém especial. É apenas um apaixonado pelas lutas dos trabalhadores no mundo e no Brasil.

ainda vai ter de contar essa história de obstinação. Porque poucos dedicaram tanto da vida a um ideal, a uma luta”, destaca.

Vito nos deixou. O Homem que viveu como um furacão se foi repentinamente, como um sopro.

Infelizmente, não teve tempo de se despedir da família nem dos amigos. Partiu em uma noite de inverno. Foi dormir e não acordou.

O sonho que sonhou na noite de 25 de julho, Dia do Escritor, foi só dele. Mas o sonho que sonhou ao longo de 72 anos de vida, esse sim será compartilhado por todos aqueles que como ele acreditam num mundo melhor e mais justo.

CONTRATO: Sindicato aguarda envio de documento para análise.

Atuação do STIU-DF garante avanços na migração do plano de saúde

Para dirigente sindical, migração do plano foi altamente prejudicial para beneficiários, uma vez que a assistência médica foi negada em alguns casos e há restrições no tamanho da rede credenciada.

A lentidão no processo de migração do plano de saúde dos trabalhadores e trabalhadoras de Furnas e do credenciamento de clínicas e hospitais pela Fundação Real Grandeza, levou o STIU-DF a entrar, em maio, com pedido de liminar para determinar que Furnas mantenha integralmente a prestação dos serviços assistenciais do plano à categoria e seus dependentes legais nos mesmos moldes anterior a migração.

Na primeira audiência foi negada a antecipação de tutela, agora o processo tramita na Justiça do Trabalho, com julgamento agendado para o dia 7 de outubro.

Já se passaram quatro meses do início da migração do plano e até hoje parte das clínicas e unidades hospitalares pré-estabelecidas não foram habilitadas. O credenciamento dos poucos locais em que os trabalhadores estão assegurados se deu após pressão dos dirigentes sindicais do STIU-DF, como é o caso do Hospital Anchieta e Santa Luzia.

O diretor do STIU-DF, David Oliveira, ressalta que o acordo firmado entre Furnas e a Real Grandeza, referente à migração do plano de saúde, não teve a

participação das entidades sindicais. “O acompanhamento se deu após assinatura do acordo e mesmo com uma petição extrajudicial solicitando cópia do contrato, o STIU-DF ainda não teve acesso ao documento”, disse.

Ele explica que após reunião com a presidência da Real Grandeza verificou-se que o credenciamento das clínicas e hospitais não havia sido concretizado pela falta de pagamento, por parte de Furnas, de faturas entre dezembro e maio. A Associação dos Médicos de Hospitais Privados do Distrito Federal (AMHPDF), centralizadora da maior parte dos convênios é uma das entidades que não firmou contrato com a FRG por conta da dívida de Furnas.

O diretor interino de Saúde, Roberto Panisset, afirmou que ainda neste mês o pólo de atendimento da FRG estará funcionando em Brasília, o que facilitará os processos de reembolso.

Desta forma, o STIU-DF tem feito cobranças sistemáticas para a solução desses impasses.

David avalia como desastrosa a migração do plano de saúde da categoria. “Essa mudança, apesar de ser um pleito das entidades sindicais, foi altamente prejudicial aos trabalhadores, uma vez que a assistência médica foi negada em alguns casos. Além disso, o tamanho da rede credenciada ainda está restrito. Com o plano complementar da Cassi, os beneficiários precisam de autorização para realização

Houve grande perda de qualidade no plano de saúde dos trabalhadores de Furnas. Esperamos agora que as pendências existentes sejam logo solucionadas.

de procedimentos e exames, o que não ocorria com o antigo plano. Nesse sentido, houve grande perda de qualidade no plano de saúde dos trabalhadores de Furnas. Esperamos agora que as pendências existentes sejam logo solucionadas”, conclui.

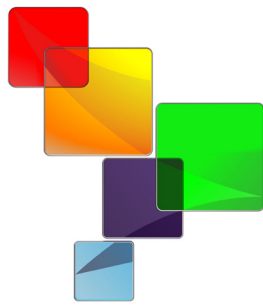
CULTURA

TELESUR: Democratização da mídia.
Dez anos de integração

O canal multiestatal de televisão é uma alternativa comunicacional para toda a América Latina. Para jornalista, a Telesur inventou um caminho próprio para fazer um jornalismo independente do mercado, sobretudo por incentivar a vivência solidária entre os povos.

A ausência de voz e representatividade da população nos meios de comunicação levou o governo venezuelano a instituir um canal televisivo livre e inclusivo. A Telesur há dez anos é essa ferramenta criada para unir, por meio da informação, os países da América Latina e o seu povo. A integração cultural é, também, um dos objetivos da multiestatal.

Para o jornalista, Beto Al-



telesur

meida, a Telesur inventou um caminho próprio para fazer um jornalismo independente do mercado, com critério estético, conceitual e informativo, sobretudo por incentivar a vivência solidária entre os povos. “A Telesur oferece uma grande contribuição para a democratização dos meios de comunicação, com diversidade

no conteúdo. Nós contamos a história do povo que resiste e que não está representado por meio da mídia comercial. Além disso, mostramos e resgatamos a diversidade cultural latino-americana.”, ressalta Almeida.

Ele enfatiza que investir em mídias públicas e comunitárias é a única forma de sermos livres. “Por meio da cultura e do conhecimento é que podemos encontrar a liberdade e criar uma consciência coletiva”, disse.

Almeida destaca que a Telesur, nesses dez anos, deve ser considerada um símbolo da democratização da mídia, e crítica o governo por ser omissivo quanto ao debate e regulação da mídia no Brasil. “É inexplicável que o Brasil seja um grande protagonista da integração latino-americana nos projetos econômicos, comerciais, produtivos e energéticos e não seja no programa informativo e cultural, ou seja, o país ajuda a in-



tegrar a América Latina, mas não na área da cultura e da informação. Há uma omissão do governo para esse assunto. É uma pena, porque está em contradição com o próprio discurso da política do governo que favorece a integração latino-americana”, conclui.

A Telesur, cujo lema é “Nosso Norte é o Sul”, é uma rede de

televisão multiestatal, ou seja, há uma parceria com vários governos. O canal nasceu com a necessidade de um jornalismo de resistência, que permita a difusão de conteúdos próprios e livres. Deste modo, ajuda a promover mudanças por meio de uma alternativa comunicacional para toda a América Latina.

VER

O SAL DA TERRA

**WIN WENDERS
JULIANO SALGADO**

O documentário narra a trajetória do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado em suas várias expedições e apresenta as histórias por trás das imagens mais marcantes registradas por ele, que, em vários momentos, mostra uma realidade cruel sustentada pela acumulação da riqueza. Em seu último projeto, “Gênesis”, ele faz registros de civilizações e regiões do planeta até então inexploradas e, com talento e sensibilidade, o fotógrafo reacende a esperança na humanidade. Através do olhar de Sebastião Salgado é permitido um diálogo com o universo.

O QUE VAI PELO BRASIL**■ LEGISLAÇÃO**

O Senado aprovou em primeiro turno com 65 votos favoráveis e 7 contrários a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 98/2015 que assegura às mulheres um percentual mínimo de representação na Câmara dos Deputados, assembleias legislativas, câmara legislativa do Distrito Federal e câmaras municipais. A PEC garante a cada gênero percentual mínimo de representação nas três próximas legislaturas: 10% das cadeiras na primeira legislatura, 12% na segunda legislatura; e 16% na terceira.

■ TERCEIRIZAÇÃO

Dados do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), apresentados em agosto, mostram que em 82% dos casos de trabalho análogo à escravidão encontrados em 20 anos de combate ao crime, os trabalhadores eram terceirizados. Desde 1995 mais de 49 mil pessoas foram resgatadas de fazendas, canteiros de obras, oficinas de costura, entre outros. Nesse período, o trabalho escravo contemporâneo deixou de ser visto como algo restrito a regiões de fronteira agropecuária, como a Amazônia, o cerrado e o Pantanal e, paulatinamente, passou a ser fiscalizado também nos grandes centros urbanos.

■ GREVE

O movimento grevista dos trabalhadores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) completou 50 dias e ainda não há uma previsão para o fim da paralisação. A categoria pede reajuste salarial de 27,5%, a incorporação das gratificações, 30 horas de trabalho semanal para todos os funcionários, realização de concurso público e melhoria das condições de trabalho. O governo apresentou a seguinte proposta de revisão remuneratória: 5,5% em 2016; 5% em 2017; 4,75 para 2018 e 4,5 em 2019.

O QUE VAI PELO MUNDO**■ ARÁBIA SAUDITA**

Em agosto, as mulheres na Arábia Saudita começaram a se registrar para poder votar e também se candidatar nas eleições municipais que ocorrerão em dezembro. Esta é a primeira vez que elas participam do processo eleitoral no país. A lei que garante às mulheres o direito ao voto foi aprovada em 2011. Ao menos um terço dos 1.263 centros de votação estão sendo reservados para mulheres. A Arábia Saudita é um dos países com maior desigualdade de gênero. As mulheres são proibidas de dirigir e até de viajar sozinhas.

■ CHINA

O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do Brics, constituído por África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia começou a funcionar mês passado em Xangai. Com um capital inicial de US\$ 50 bilhões, o NBD, designado por Brics Bank, pretende atuar como um complemento do atual sistema financeiro internacional, dirigido ao financiamento de projetos de infraestruturas. O Brasil está representado pelo economista Paulo Nogueira Batista Júnior, que ocupa uma das vice-presidências da instituição.

■ EGITO

O presidente do Egito, o marechal Abdel Fatah al Sissi, aprovou uma lei “antiterrorista” que estabelece tribunais especiais, protege membros das forças de segurança e cria punições severas para quem difundir “declarações falsas” sobre operações do Exército egípcio e contradizer dados de versão do governo. A lei é considerada um ataque à liberdade de imprensa no país. Além disso, estipula uma multa entre o equivalente a R\$ 90 mil e R\$ 220 mil àqueles que repassarem informações “falsas” sobre os ataques e as operações contra combatentes.